

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992

Regula a investigação de paternidade dos
filhos havidos fora do casamento e dá outras
providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 2º-A Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem
como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos.

Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético -
DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto
probatório. [*\(Artigo acrescido pela Lei nº 12.004, de 29/7/2009\)*](#)

Art. 3º E vedado legitimar e reconhecer filho na ata do casamento.

Parágrafo único. É ressalvado o direito de averbar alteração do patronímico
materno, em decorrência do casamento, no termo de nascimento do filho.
.....
.....